

O Mundo em Português Nº5

Fevereiro 2000

Petróleo em Tempo de Guerra

Ana Paula Fernandes

Os Estados Unidos veem, em Angola, um enorme poço de petróleo. Os embaixadores defendem os interesses das empresas americanas. As visitas oficiais ao Futungo sucedem-se ao ritmo das concessões petrolíferas.

Washington e Paris vigiam-se nas concessões dos blocos petrolíferos, jogando com as urgências políticas internacionais das autoridades angolanas.

As relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Angola conheceram um *volte-face* durante os anos 90. Na verdade, com o fim do sistema bipolar a abordagem da política externa americana para o continente africano modificou-se. Tornou-se mais economicista e menos ideológica. Com o Presidente Clinton inaugura-se a era da diplomacia económica: assume-se, declaradamente, uma aliança entre os interesses estratégicos da diplomacia e os das grandes empresas americanas.

A própria secretária de Estado Madeleine Albright tem afirmado, com alguma frequência, que a diplomacia americana deve servir para incrementar um sistema global de investimento e de comércio: "Eu disse claramente aos nossos diplomatas que uma das suas principais funções é verificar se os direitos das empresas americanas são respeitados e contribuir para que as suas oportunidades sejam aumentadas".

As embaixadas assumem funções de promoção e de facilitação dos negócios e investimentos americanos. Ajudam na identificação dos parceiros locais e no estabelecimento dos primeiros contactos com as instituições nacionais. O embaixador é, em geral, um defensor dos interesses económicos americanos no país, acreditando que essa defesa contribui para o incremento das relações de cooperação política e militar. Também em Angola esta tem sido a *praxis* adoptada.

Se analisarmos o comportamento "empresarial" dos sucessivos embaixadores americanos neste país chegamos, rapidamente, a esta conclusão: existem relações fortes de parceria entre a embaixada americana, a Câmara de Comércio Estados Unidos/Angola, a Agência Americana de Cooperação USAID, os bancos internacionais de crédito americanos, como o Ex-Im Bank, e as empresas americanas, em particular as petrolíferas.

A título de exemplo: em Junho de 98, em Washington, o director geral da Sonangol na altura, Joaquim David (hoje ministro das Finanças), acordou com o Banco de Exportação-Importação (Ex-Im Bank) dos Estados Unidos um financiamento de cerca de 87 milhões de dólares da "Société General" de Nova Iorque à companhia petrolífera angolana. Este empréstimo foi usado para garantir um contrato de 200 milhões de dólares, por quatro anos, entre a Sonangol e a Halliburton Energy Services (uma companhia de Houston, Texas), que actua na exploração petrolífera em Cabinda. Whitney Schneidman, secretário assistente adjunto para África do Departamento de Estado, considerou a conclusão deste acordo como mais um sinal do interesse da Administração Clinton em estreitar relações com o Governo angolano. A consolidação desta iniciativa contou, obviamente, com o apoio da embaixada americana.

A USAID, por sua vez, promove a vertente de charme junto do Governo angolano, apoiando as actividades sociais das petrolíferas e desenvolvendo campanhas de ajuda humanitária. Saliente-se ainda que a USAID apenas começou a operar em

Angola a partir de 1993, altura do reconhecimento do Governo do MPLA pelos Estados Unidos.

Embora de forma mais discreta do que a diplomacia francesa, a Casa Branca tem condicionado o apoio internacional ao Governo do Presidente Eduardo dos Santos em função dos bons proveitos dos investimentos e negócios das empresas americanas, nomeadamente das petrolíferas.

Washington e Paris vigiam-se nas concessões dos blocos petrolíferos, jogando com as urgências políticas internacionais das autoridades angolanas. As visitas de membros de ambos os governos quase sempre "coincidem" com tomadas de decisão importantes na área dos petróleos. Na sua última deslocação a Luanda, após a Elf ter descoberto mais uma jazida de petróleo ao largo de Angola, Madeleine Albright não perdeu a oportunidade de salientar as vantagens que o Governo angolano teria se fossem concretizadas mais oportunidades de investimento americano no sector dos petróleos.

O reconhecimento diplomático da República de Angola pelos EUA em 1993 esteve intimamente associado às negociações que levaram à entrada da Exxon Corporation Company no sector petrolífero em Angola, através da filial Esso. O Departamento de Estado discutiu com a Exxon e com a empresa angolana Sonangol um "auxílio suplementar" de 350 milhões de dólares (cerca de 65 milhões de contos). Apesar de ter entrado em Angola, há cerca de cinco anos, a Esso é já operadora em três dos mais promissores Blocos: o 15, o 24 e agora o 33.

Companhias americanas dominam

Angola é o terceiro maior parceiro comercial dos EUA na África Austral. O petróleo angolano representa cerca de 7 por cento das importações americanas de combustível bruto, ou seja, o triplo do que se importava do Kuwait no início dos anos 90. Os Estados Unidos compram cerca de 75 por cento das exportações angolanas de petróleo. Aquando da sua visita a Angola em 1998, Millard Arnold, ministro conselheiro para o Comércio dos EUA, afirmou que os investimentos americanos neste país rondavam já os quatro bilhões de dólares.

Efectivamente, foi em 1998 que se registou o maior número de visitas oficiais americanas a Angola, não só porque os acordos de Lusaca tinham falhado e tinha sido tomada a decisão de apoiar internacionalmente o Governo do MPLA, mas também porque estavam em jogo as concessões petrolíferas para os novos 4 Blocos.

Embora a Elf Aquitaine seja a operadora dos Blocos 3 e 17 (dois dos blocos mais produtivos até ao momento), as companhias americanas, nomeadamente a Chevron, têm também atingido níveis de rentabilidade bastante elevados. A Elf e a Chevron detêm 85 por cento do total da produção actual.

Na realidade são as companhias americanas que dominam. Dos já 30 Blocos concessionados, as petrolíferas americanas são operadoras em 10. Nos Blocos 31, 32, 33 e 34, os concessionados em 1999, a BP/Amoco é a operadora do 31, a ELF do 32, a Esso do 33. O Bloco 34 é composto por um consórcio entre a Norsk Hydro, a Shell, a Sonangol e a Chevron.

Para além dos ganhos políticos que Angola pode auferir por conceder este espaço de intervenção às petrolíferas americanas, obtendo um apoio norte-americano na arena internacional, não se pode menosprezar outro tipo de ganhos. Como alguém em Angola dizia: "...nós analisamos qual a companhia petrolífera que apresenta melhores condições para ganhar o concurso, mas é o Futungo que, em função dos interesses nacionais por eles definidos, decide. "

Assim, a Chevron, a Texaco, a Exxon, a BP/Amoco e a Mobil, à semelhança de outras companhias a operar em Angola, têm optado por campanhas de charme junto do Governo angolano. Todas têm realizado investimentos na área social, não só por convicção própria ou por exigência da lei angolana das concessões, mas em prol da boa convivência política. São comuns as bolsas de estudo para familiares de ministros e os donativos à FESA, Fundação do Presidente Eduardo dos Santos. A Fundação AMOCO, por exemplo, já investiu em Angola cerca de três milhões de dólares americanos em projectos diversos, não ligados à exploração petrolífera.

O investimento americano no sector dos petróleos ultrapassa a questão estritamente económica. Trata-se de uma aliança política, de uma relação de simbiose. Trocam-se informações sobre as movimentações da UNITA por petróleo; troca-se o petróleo pelo apoio internacional de Washington. Os Estados Unidos parecem ter finalmente descoberto a sua fórmula mágica para lidar com Angola: os interesses económicos aliados à colaboração humanitária; a guerra é um problema interno angolano.